

O tema do STF de número 166 trata sobre a Contribuição a cargo da empresa incidente sobre o valor bruto da nota fiscal ou fatura de prestação de serviços desenvolvidos por cooperativas. O tema do STF de número 166 afirma que é inconstitucional a contribuição previdenciária prevista no art. IV da Lei com redação dada pela Lei que incide sobre o valor bruto da nota fiscal ou fatura referente a serviços prestados por cooperados por intermédio de cooperativas de trabalho.